

EDITORIAL

O ASAA Journal inicia o ano de 2021 com a publicação de seu volume 14, número 1, composto por dez artigos científicos inéditos e relevantes para a área de ciências contábeis. Neste número os trabalhos publicados abordam temas como expertise financeira e evidenciação contábil, tempestividade contábil e gerenciamento de resultados, parcelamentos fiscais e solvência corporativa, ciclo orçamentário político, execução de despesa orçamentária e gasto municipal, governança corporativa e doações a ONGs ambientais e governança corporativa e princípios globais de contabilidade gerencial.

Ao início de 2021, encerraram-se as valiosas contribuições do Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves ao ASAA Journal, como Editor Associado da linha editorial de Auditoria e Tributos. Registramos aqui nosso profundo agradecimento ao prof. Rodrigo e desejamos muito sucesso à frente da Revista Contabilidade, Gestão e Governança (CGG).

Já neste primeiro número de 2021, damos as boas-vindas ao Prof. Dr. José Alves Dantas que passa a integrar o time de Editores Associados do ASAA Journal, sendo o responsável pela linha editorial de Auditoria e Tributos. Agradecemos ao prof. José Alves Dantas pelo aceite ao nosso convite e temos a certeza de que ele fará um excelente trabalho, como já fez no papel de revisor do ASAA Journal, tendo sido reconhecido pelo Prêmio de Melhor Revisor do ASAA Journal no ano de 2019.

A seguir, detalhamos brevemente cada um dos artigos publicados nesta edição:

O primeiro artigo intitulado “EFEITO MODERADOR DA EXPERTISE FINANCEIRA NA RELAÇÃO ENTRE O EXCESSO DE CONFIANÇA E A QUALIDADE DA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL”, dos autores Micheli Aparecida Lunardi, Ilse Maria Beuren e Roberto Carlos Klann, tem como objetivo analisar o efeito moderador da expertise financeira do conselho de administração na relação entre o excesso de confiança dos executivos e a qualidade da evidenciação contábil. Os autores fizeram uma pesquisa documental, considerando dados relativos ao período temporal de 2011 a 2017. A amostra contou com 146 companhias abertas. Os resultados revelaram que nas empresas em que o conselho de administração possui expertise financeira, o excesso de confiança dos executivos é minimizado. A expertise financeira modera positivamente a relação entre o excesso de confiança e a qualidade da evidenciação contábil. Os achados sugerem que o conhecimento financeiro do conselho de administração reflete na qualidade da evidenciação contábil, mesmo que o executivo denote excesso de confiança e minimize a qualidade da evidenciação contábil.

O segundo estudo, “O EFEITO DA TEMPESTIVIDADE CONTÁBIL NO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS DE EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA B3”, de Nayara de Nazaré Brasil Salgado e Paulo Vitor Souza de Souza, verificou o efeito da tempestividade dos relatórios financeiros no gerenciamento de resultados de empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3, utilizando três proxies para tempestividade: defasagem na publicação, perda do prazo da divulgação e a republicação. A amostra é constituída por 172 empresas, no período compreendido entre 2010 e 2018. Os resultados fornecidos pelos modelos estimados apontam que a tempestividade possui relação positiva e significativa com o gerenciamento de resultados, isto é, as empresas que demoram e, até mesmo, que perdem o prazo de publicação de seus relatórios financeiros sinalizam maior gerenciamento de resultados. Os achados também denotam que empresas que republicam, de maneira espontânea ou obrigatória, tendem a um maior gerenciamento de resultados.

No terceiro artigo, intitulado “EFETIVIDADE DOS PARCELAMENTOS FISCAIS PARA A SOLVÊNCIA CORPORATIVA NO BRASIL”, os autores Sabrina Rafaela Pereira Borges e Ilírio José Rech analisaram a efetividade dos parcelamentos fiscais para a solvência das companhias abertas brasileiras. Eles compararam os Z-scores de insolvência de 140 companhias abertas que aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) com uma amostra similar de companhias que não fizeram a adesão. Nos resultados, os testes de médias não foram conclusivos para a análise da efetividade da adesão aos parcelamentos fiscais no nível de insolvência das companhias. Contudo, através do modelo regressivo encontrou-se melhorias dos Z-scores de insolvência das companhias que aderiram ao programa PERT, diferenciando-se das demais companhias que não aderiram, dependendo do setor.

O quarto artigo, intitulado “CICLO ORÇAMENTÁRIO POLÍTICO: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS”, dos autores Gilberto Crispim, Leonardo Flach, Luiz Alberton e Celma Duque Ferreira, investigaram o comportamento das despesas empenhadas, gastos com investimento e captação de empréstimo em período eleitoral nos municípios brasileiros com população igual ou superior a 50 mil habitantes, bem como, se esses mesmos municípios cumprem as exigências legais a respeito da fonte e limite de recursos orçamentários em ano de eleição, conforme preconiza a Lei nº 11.300/06, no período de 2000-2016. Foram analisados dados de 353 municípios, 5 regiões e 6001 observações. Os achados indicam que não há mudanças das despesas empenhadas antes, durante e após o período eleitoral, independente de igualdades partidárias e eleição em dois turnos. Já no que tange aos gastos com investimentos e captação de empréstimos em período eleitoral, o estudo sugere aumento médio em 9% e 68% respectivamente, com maior intensidade quando há igualdade partidária entre governos municipais e estaduais, principalmente em processo de reeleição. Quanto ao cumprimento das exigências legais sobre uso de recursos orçamentários em ano eleitoral, o estudo indica que os governos locais não cumprem as instruções normativas vigentes.

No quinto artigo, intitulado “DESCENTRALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E SEU EFEITO NO GASTO MUNICIPAL”, de Dinah Vieira dos Santos, Patrícia de Souza Costa e Ricardo Rocha de Azevedo, investigar o efeito da descentralização de compras no gasto municipal, pela lente teórica da Teoria da Escolha Pública. A análise foi desenvolvida por meio de

regressão quantílica com dados obtidos por um questionário eletrônico, analisados em conjunto com dados de prefeituras de 2013 a 2018. Os resultados indicam que, para as áreas com vinculações suficientes, a descentralização diminuiu o gasto; para áreas com vinculações insuficientes e alta pressão social, apresentou resultado inverso, de aumento, sendo nulo o efeito para área sem vinculações e baixa pressão. Pela lente teórica adotada, as decisões no setor público não seguem necessariamente uma lógica de bem-estar, mas são influenciadas por outros elementos, como o autointeresse dos atores. Porém, sua decisão não depende exclusivamente dos aspectos individuais, podendo ser influenciada também por aspectos organizacionais, como a descentralização da execução da despesa orçamentária

O sexto artigo é intitulado “EFEITO DAS DIMENSÕES DE GOVERNANÇA NO RECEBIMENTO DE DOAÇÕES VINCULADAS EM ONGS AMBIENTAIS NO BRASIL”, de Adonai José Lacruz, Valcemiro Nossa, Thiago de Andrade Guedes e Katarina Rosa Lemos, analisou o efeito conjunto das dimensões de governança no recebimento de doações vinculadas por ONGs com atuação no Brasil, à luz da teoria da agência. Foram analisadas 108 ONGs ambientais. Primeiro, foram identificadas seis dimensões de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Transparência, Gestão, Auditoria e Prestação de contas), por meio de Análise de Correspondência Múltipla. Depois, por meio de regressão linear múltipla, foi identificado que quatro (Gestão, Prestação de contas, Transparência e Auditoria) das seis dimensões de governança estão positivamente associadas às doações vinculadas. Os resultados indicam que há importantes implicações da qualidade de governança para executivos de ONGs ambientais, ao sinalizar que doadores poderiam fazer uso de informações sobre a governança das ONGs se fossem mais bem divulgadas.

O sétimo trabalho, intitulado “GOVERNANÇA CORPORATIVA E PRINCÍPIOS GLOBAIS DE CONTABILIDADE GERENCIAL EM EMPRESAS ABERTAS NO BRASIL”, dos autores Thamirys de Sousa Correia e Wenner Glaucio Lopes Lucena, que verificaram as relações da Governança Corporativa com os Princípios Globais de Contabilidade Gerencial (PGCG) de empresas abertas no Brasil. Eles analisaram 311 empresas negociadas na B3, no período de 2010 a 2016. Os resultados mostram que na dimensão Conselho de Administração, empresas do Novo Mercado são as que melhor representam as relações analisadas, visto que a independência e reuniões explicam positivamente os PGCG. Já idade dos conselheiros e o acúmulo de cargos de presidente e CEO influencia negativamente os PGCG. Além disso, a Estrutura de Propriedade impactou de maneira negativa os PGCG, embora apenas empresas do segmento Nível 2 e com coeficiente pouco representativo. Ademais, a remuneração fixa também explica os PGCG, isso para todos os segmentos de governança.

“INTERESSES DE CARREIRA ACADÊMICA EM CONTABILIDADE E DARK TRIAD: EVIDÊNCIAS DE ESTUDANTES BRASILEIROS” é o oitavo artigo, de autoria de Fabiana Frigo Souza, Iago França Lopes, Flaviano Costa e Romualdo Douglas Colauto. O estudo verificou a associação entre Dark Triad e as pretensões de atividades inerentes à carreira acadêmica em contabilidade em uma amostra de 124 alunos dos programas de pós-graduação em Ciências Contábeis do Brasil. Os achados mostram que narcisismo e psicopatia estão relacionados a atividades inerentes à carreira acadêmica, enquanto traços maquiavélicos não apresentam o mesmo comportamento. A falta de correlação entre o maquiavelismo e as atividades acadêmicas pode estar relacionada ao perfil de carreira acadêmica desejado.

O nono trabalho, intitulado “EFEITOS MEDIADORES DO CAPITAL PSICOLÓGICO E DA SÍNDROME DE BURNOUT NA RELAÇÃO ENTRE PARTICIPAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DESEMPENHO GERENCIAL”, de autoria de Daiani Schlup, Franciele Beck e Vinícius Costa da Silva Zonatto, avaliou os efeitos mediadores do Capital Psicológico e da Síndrome de Burnout na relação entre Participação Orçamentária e o Desempenho Gerencial em uma amostra de 203 gestores com responsabilidade orçamentária das maiores empresas do Brasil, ocupando cargos de controllers, gerentes de controladoria e gestores de custos. Os achados evidenciam que em ambientes com uma maior participação orçamentária, os indivíduos tendem a desenvolver melhor o seu capital psicológico, o que os torna mais otimistas, esperançosos, resilientes e auto eficazes, atenuando os efeitos negativos da síndrome de burnout o que por consequência, eleva os seus níveis de desempenho gerencial.

O décimo e último artigo deste número é intitulado “IMPACTO DO ENFORCEMENT LEGAL NA RELAÇÃO ENTRE A GOVERNANÇA CORPORATIVA E O DESEMPENHO EMPRESARIAL” de Vanessa Mendes De Luca, Alan Diógenes Góis, Márcia Martins Mendes De Luca e Jislene Trindade Medeiros, analisou o impacto do enforcement legal na relação entre a governança corporativa e o desempenho empresarial. A amostra foi composta por 4.447 empresas de capital aberto (24.025 observações) de 61 países. Os resultados mostraram que o enforcement legal do país deve ser considerado ao se avaliar o efeito dos mecanismos de governança corporativa no desempenho empresarial, já que os resultados mostraram que as empresas sediadas em países de forte enforcement legal adotam melhores práticas de governança corporativa que resultam em melhor desempenho das empresas.

A Equipe Editorial do ASAA Journal deseja a todos uma excelente leitura!

Prof. Dr. Orleans Silva Martins
Prof. Dr. Paulo Roberto da Cunha
Editores do ASAA Journal